

GEOPARQUES E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO – – O FUNCIONAMENTO EM REDE E A IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO INSTITUCIONAL¹

*George M. A. Ramos*²

Resumo

Um dos grandes desígnios perspectivados pelos geoparques europeus, que entre si constituíram a Rede Europeia de Geoparques, corresponde à procura por conseguir afirmar-se como organizações suficientemente competitivas, tanto interna como externamente, aos territórios onde se localizam. Este processo de afirmação pretende que os geoparques se construam como estruturas fecundas de sinergias a um nível local, apontando para a dinamização e operacionalização socioeconómica pela assimilação de um colectivo de actores regionais e pressupondo a prestação de serviços ligados à indústria do turismo. Este trabalho procura compreender as ligações entre os diversos actores regionais que podem ser geradas dentro dos Geoparques e o papel desempenhado por estas instituições embrionárias que essas ligações tendem a estimular. Para atingir este objectivo, o estudo baseia-se na análise da Rede Europeia de Geoparques, procurando o conhecimento de como ela é institucionalmente reforçada. A análise destaca o importante papel provocado pela criação de instituições, reunindo uma série de actores, o que permite perspectivar nestas instituições inovadoras elementos críticos para o sucesso dos geoparques.

Palavras-chave: Geoparques; Instituições e Desenvolvimento; Redes; Inovação Institucional.

1. Génese e delimitação do conceito

A reflexão sobre a criação de geoparques emergiu no decurso do 30th International Geological Congress em 1996, que decorreu em Pequim, essencialmente decorrente da intervenção de Nickolas Zouros³ e de Guy Martini⁴. O ponto de partida de onde derivou aquela reflexão fundou-se na dificuldade de gerir, simultaneamente, a necessidade de salvaguardar e fomentar o património geológico (a utilidade científica) transversalmente com a construção de processos de desenvolvimento económico sustentável dos territórios onde se localiza esse património (a utilidade para a sociedade) (Zouros, 2004). Haverá que destacar, desde logo, a importância atribuída ao envolvimento e à participação das comunidades locais enquanto condição fundamental para que se procure obter sucesso com esta estratégia de conservação, objectivando interesses científicos, educacionais e turísticos.

Foi na sequência do debate referido que quatro territórios europeus - a Reserva Natural Geológica de Haute-Provence, na França, a Floresta Petrificada de Lesvos, na Grécia, o Ge-

¹ Uma parte deste trabalho decorre da apresentação ao International Tourism Congress – CIT 2010, no ISCET, realizado no Porto, de 21 a 23 de Junho de 2010.

² Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, Instituto Politécnico de Castelo Branco/Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Coimbra.

³ Coordenador da Rede Europeia de Geoparks.

⁴ Responsável de Relações Internacionais da Reserve Naturelle Geologique de Haute-Provence.

oparque Gerolstein/Vulkanaifel, na Alemanha, e o Parque Cultural Maestrazgo, em Espanha – acabaram por desenvolver um processo de permuta de experiências com a finalidade de proteger e promover o património geológico, a par de procurarem garantir a sua valorização para a promoção de desenvolvimento local sustentável. Um segundo nível de fundamentos que conduziu à aproximação entre aquelas quatro regiões resultou do facto de as características socioeconómicas serem, entre si, bastante similares: espaços rurais, portadores de uma herança geológica cientificamente relevante, de beleza natural não aproveitada do ponto de vista turístico e de um potencial cultural elevado, mas que, por outro lado, encerravam dificuldades de desenvolvimento económico, com taxas de desemprego e fluxos migratórios elevados.

Esta afinidade consubstanciou-se numa relação de parceria, apoiada pelo programa LEADER da União Europeia, e aprofundou-se pela realização de estudos conjuntos e pela troca de ideias, experiências e conhecimentos, que permitiu forjar o conceito de Geoparque e conduziu à delimitação de estratégias comuns de desenvolvimento económico-social baseadas na promoção do geoturismo. Estas relações, com o passar do tempo e com a riqueza das interacções, conduziram à criação da European Geoparks Network (EGN), no dia 5 de Junho de 2000, na ilha de Lesbos, Grécia, como resultado do caminho comum percorrido pelas quatro regiões fundadoras.

Na definição arquitectada pela EGN⁵ um geoparque europeu é um territory which includes a particular geological heritage and a sustainable territorial development strategy. Esta definição envolve uma tripla fundamentação relativa ao conceito (Zouros, 2004): (i) um geoparque europeu deve manifestamente centralizar a questão científica (a geologia), isto é, deve ser possuidor de um conjunto de sítios geológicos relevantes, de interesse internacional, mas pode igualmente estender-se ao património arqueológico, ecológico, histórico e/ou cultural; (ii) as autoridades responsáveis em cada geoparque deverão concertar uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável na região hospedeira, já que constitui um território que é detentor de fronteiras claramente identificadas e com uma dimensão tal que permita a aplicação da estratégia referida, e que deve ser enquadrada pela “exploração” de actividades diversas e ligadas ao turismo e à educação; (iii) a última característica encontra-se relacionada com a obrigação de ligação a uma rede, beneficiando de medidas regulamentares protectoras e obedecendo a um conjunto de critérios de gestão precisos e metódicos. Este último aspecto remete para a transparência da unidade de gestão, para o voluntarismo na protecção do património e para a impossibilidade de destruir e comercializar esse património.

O património geológico protegido no âmbito de um geoparque permite uma integração instintiva com a herança histórico-cultural e natural de uma determinada região. O geoparque deve assumir um importante papel no processo de desenvolvimento económico territorial, numa via sustentável, através da imagem projectada a partir da disponibilidade de património arqueológico e recolhendo a procura por actividades geoturísticas. A assunção deste papel íntima o geoparque a um aturado trabalho de interligação com os agentes económicos endógenos, para que essa relação permita a criação/comercialização de (novos) produtos com uma estreita ligação à ideia/conceito base: o “geo”.

2. O funcionamento em rede – aspectos contextuais e a EGN

A criação e difusão do conhecimento desempenham, nas modernas dinâmicas de desenvolvimento, um papel incontornável para as economias e sociedades mais desenvolvidas. A circulação deste conhecimento, independentemente da dificuldade em medir o seu impacto económico, materializa-se crescentemente em bens e serviços na economia e na sociedade actuais.

⁵ Retirado do sítio da EGN: www.europeangeoparks.org/bsite/page/8,1,0.asp?mu=4&cmu=26&thID=0.

Os aspectos mais enaltecidos por esta Economia Baseada no Conhecimento (EBC) resultam na crescente valorização territorial dos activos do conhecimento e da capacidade de aprendizagem (aos vários níveis) que se consegue edificar (Gama, 2002). Estas duas componentes das EBC formatam a cumulatividade do conhecimento: aprende-se mais quanto mais se usa – o conhecimento como input e output da produção (Arrow, 1994). Por outro lado, o processo de difusão do conhecimento acaba por reconstruir a “atmosfera marshalliana”, relativizando a localização de recursos físicos (hard) e revalorizando os recursos intangíveis (soft), principalmente quando colocados perante o actual processo de terciarização económica que a maioria dos países desenvolvidos se encontra a desenvolver. Complementarmente, processos de interrelação entre a economia e o espaço envolvem, cada vez mais, fenómenos como a globalização, a inovação, a especialização flexível e a criação e desenvolvimento de redes (Gama, 2002).

O conhecimento é, crescentemente, circular, nomeadamente entre empresas/organizações e entre a academia e a economia real e constitui, hoje, o recurso económico mais primordial nas sociedades; adicionalmente, o processo de aprendizagem que o produz é um processo com características interactivas e é eminentemente social (Lopes, 2001).

Esta valorização do conhecimento remete para um plano diferente a questão da competitividade: as vantagens comparativas perdem, regra geral, significância e a globalidade ganha peso no contexto, principalmente no que aos territórios diz respeito. As competitividades territoriais são dirimidas através da valorização dos recursos endógenos a uma escala global, exigindo-se o domínio da capacidade de estabelecer redes de cooperação entre os territórios (ou empresas/organizações). A sociedade (e os territórios) funciona hoje, simultaneamente, num espaço geográfico/euclidiano (proximidade física) e num espaço topológico (acesso a redes ou nós) – o arquipélago (Ferrão, 1992).

A reflexão relativa ao surgimento de abordagens que versassem sobre a criação de espessura organizacional/empresarial, numa perspectiva territorial, sobreveio, de uma forma muito mais interessante do que até aí, com Benko & Lipietz (1994), que afirmaram que ‘para se estar na ponta da informação, não basta consultar um terminal de computador, é preciso estar onde estão os outros, é preciso poder almoçar com eles, trocar ou obter confidências ...’ (Benko & Lipietz, 1994: 5). Entretanto outras abordagens tinham já sido desenvolvidas: Maillat (1995a; 1995b) e o conceito de meio inovador; Lecoq (1991) e o conceito de rede; Courlet & Pecqueur (1991) e as redes de finalidade produtiva; Maillat et al (1991), Perrin (1991), Camagni et al (1991), Planque (1991) e Cooke & Morgan (1993) sobre as redes de inovação; Sallez (1994) e as redes empresariais; Veltz (1994) e o território-rede; Storper & Harrison (1994) e as redes de governação. Estas diversas abordagens assumem-se como marcos teóricos de referência relativas à apreensão e compreensão sobre as relações entre conhecimento e território.

No caso da EGN, é possível encontrar uma tipologia de rede que se aproxima de um sistema segmentado⁶ (Storper & Harrison, 1994), em que o núcleo é essencialmente gestor operacional, que coordena as acções dos parceiros de rede, que tendem a situar-se numa posição periférica em relação à dinâmica da rede, constituindo o anel de rede. Atende-se, neste caso, a uma visão menos determinista e mais voluntarista que a considerada pelos autores citados:

- o núcleo corresponde a situação de poder assimétrico, vinculando e condicionando outras empresas/organizações;
- o anel equivale a uma situação de poder simétrica, já que a existência de várias empresas/organizações não é pré-determinada pelos outros elementos do anel.

⁶ Existe a perfeita consciência que a utilização uma abordagem como a referida, essencialmente canalizada para o mundo mais empresarial e para o mercado, poderá ser alvo de crítica e encontrar-se-ão algumas lacunas inerentes às dificuldades de adaptação ao tema em debate, que é, essencialmente, um caso que, não se encontrando de forma alguma fora do mercado, está menos canalizado para a estratégia empresarial e para a escala e mais para o contributo para o desenvolvimento territorial em áreas de baixa densidade. Ainda assim, opta-se por prosseguir a abordagem referida, uma vez que parece, se não totalmente, pelo menos parcialmente, ser possível a sua adaptação, suprimindo progressivamente as lacunas que possam surgir em termos teóricos.

Esta tipologia de funcionamento permite que os parceiros de rede concebam o projecto que a motiva de um modo colaborativo estreito, dirigindo o processo de partilha de funções e a coordenação dos diversos parceiros na concretização do projecto. As relações bilaterais estabelecidas entre o núcleo e cada entidade do anel tendem a uma configuração polarizada em torno do núcleo, mas que permite, a partir dali, uma polinização cruzada dentro da rede, enaltecendo-se, por um lado, as relações informais e de cooperação que se estabelecem, e, por outro, o incentivo à partilha de aprendizagem e boas práticas que se disseminam pelo anel da rede (Lopes, 2001).

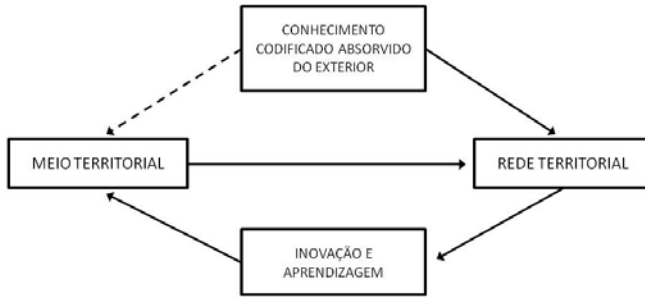


Figura 1. Interações território, rede, conhecimento, inovação/aprendizagem
 Fonte: adaptado a partir de Lopes (2001, p. 145).

As redes segmentadas tendem a desempenhar um papel importante na valorização do conhecimento codificado, com o saber-fazer territorializado, em função da flexibilidade proporcionada pelos meios locais (Figura 2).

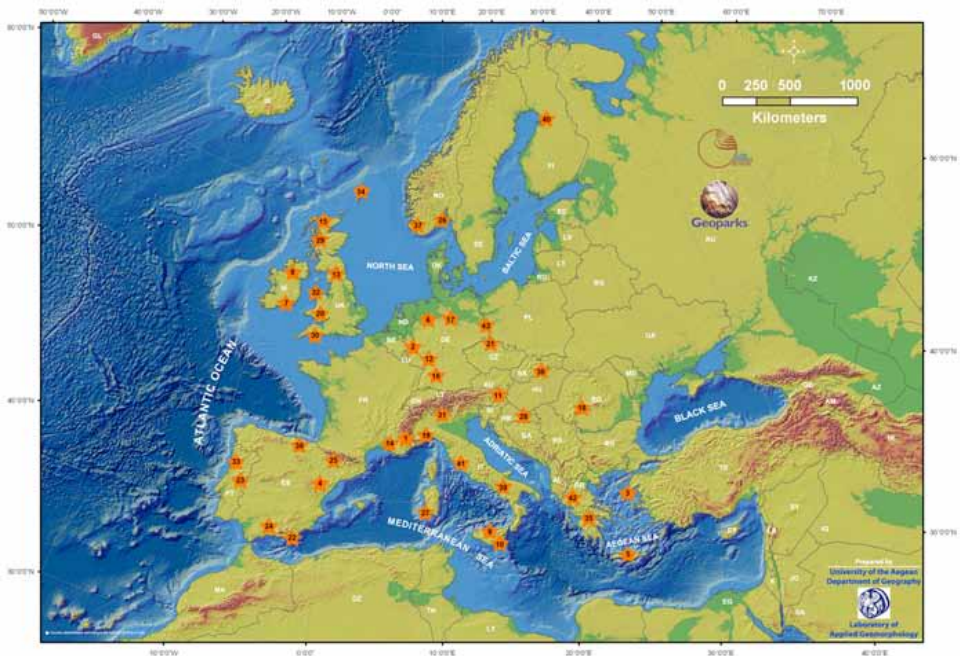


Figura 2. Localização dos membros da EGN

Uma outra característica da rede segmentada deve ser enunciada: não se trata, apenas de uma segmentação em termos da configuração funcional e nas próprias relações de poder que são assimiladas no processo de governação, mas também segmentada do ponto de vista da

sua articulação com as dinâmicas territoriais, enquanto suporte organizacional ajustado ao processo de desenvolvimento tipo arquipélago (Lopes, 2001; Ferrão, 1992) antes mencionado.

A rede EGN é constituída actualmente por 43 geoparques espalhados pela Europa (Figura 1) que cresce a um ritmo assinalável. A esmagadora maioria dos geoparques encontra-se longe dos principais eixos de desenvolvimento europeu. A ligação entre a EGN e a Unesco, através da Global Geoparks Network, acaba por prestar a seriedade necessária para garantir os propósitos enunciados pela rede.

Os geoparques, conforme referido anteriormente, fazem gravitar a sua componente operacional numa dupla vertente: por um lado, a aposta na preservação do património geológico (principalmente, mas também) natural e cultural; por outro, o prosseguimento de políticas de valorização territorial numa via de desenvolvimento sustentável. Qualquer geoparque que pretenda fazer parte da EGN deve necessariamente salvaguardar aquelas vertentes. Neste sentido, a rede EGN deve considerar-se como um conjunto de actores (os geoparques) que constituem elementos positivos e favorecedores do desenvolvimento (inclusivamente económico) onde se encontram inseridos. No que ao sentido do desenvolvimento económico diz respeito, é importante referir o estímulo que deve ser prestado aos actores empresariais locais no sentido da produção de bens e serviços ligados ao geoturismo ou à cultura local, funcionando em parceria com os geoparques para o desenvolvimento dos territórios.

A rede (EGN) constitui-se como um instrumento aglutinador (núcleo) de experiências que procuram valorizar os territórios onde se encontram implantados os geoparques (anel) pela 'exploração' comercial e pela salvaguarda patrimonial. Este instrumento possibilita, aos territórios que a compõem, a partilha de objectivos e metodologias, a interacção regular e a disseminação de experiências e actividades.

Existe igualmente um fenómeno menos comum quando se abordam fenómenos de rede: as reuniões em que intervêm os vários actores são regulares e a presença obrigatória, sendo objecto de avaliação. Existem, pelo menos, dois encontros anuais: um, normalmente realizado na Primavera, é reservado aos membros da EGN e consta de uma reunião plenária; o segundo, que ocorre normalmente no Outono, é misto, existindo uma componente relativa a uma assembleia plenária e outra componente que engloba a Annual Conference of the European Geopark Network. Este formato permite ampliar os processos de participação a um conjunto mais alargado de actores/entidades e demonstra o investimento que é efectuado ao nível da EGN e pelos seus 'associados' territoriais. Este formato de cooperação bi ou multilateral fomenta a inclusividade e o espírito participativo entre os intervenientes, que resulta também do facto de os territórios serem muito semelhantes em termos das problemáticas que os afectam. A procura constante por modelos de resolução dessas problemáticas territoriais permite, não raro, desenvolver um espírito de benchmarking entre os geoparques que fazem parte da EGN.

Procurando sistematizar, a rede permite aos participantes (Modica, 2009):

- o desenvolvimento de trabalhos e projectos comuns, procurando resolver problemas semelhantes;
- intercambiar experiências e saber-fazer, valorizando (por exemplo) aspectos bióticos e abióticos e a forma como as paisagens culturais valorizam estratégias de preservação ambiental. Este intercâmbio é conseguido: através da realização de workshops, seminários ou visitas de estudo que acontecem com alguma frequência; através de concursos a projectos financiados (localmente ou por fundos comunitários); da colaboração com a Academia; da promoção internacional conjunta; da EGN Magazine; e vários outros formatos;
- observar, analisar, criar e testar novos modelos de conservação e de acção que possam ser utilizados conjuntamente;
- desenvolver ou produzir instrumentos e estratégias comuns;
- beneficiar de uma imagem internacional forte e qualitativamente construída;

- desenvolver tipologias de acção conjuntas;
- criar e fomentar grupos de trabalho que envolvam profissionais interessados na prossecução de um modelo de desenvolvimento sustentável.

A garantia de pertença à EGN não funciona ad eternum. De quatro em quatro anos existe um processo de avaliação no sentido de confirmar se os objectivos globais da EGN continuam a ser prosseguidos em cada geoparque individualmente.

3. A rede de Geoparques e a Inovação

Na última meia década, o conceito de inovação construiu uma trajectória que, sucessivamente, se foi afastando da centripetação na vertente tecnológica (apesar de todo o suporte schumpeteriano que continua a revestir aquele conceito) para se complexificar em outras dimensões, em outras escalas e também em outros e novos actores (OECD, 2005). Na construção desta trajectória não é alheia a progressiva inclusão do conhecimento na análise da inovação, gerando processos de interacção equacionados a partir de múltiplos factores: não será leviana a assumpção que não existe mais transferência de tecnologia, mas antes transferência de conhecimento. O conjunto de políticas de inovação considera agora, de uma forma relevante, não só o conhecimento formal e codificado (C&T), mas também a existência de redes cooperativas (economia real) e a dinâmica de proximidade (os territórios) (Santos, 2003). Rothwell (1986) aproximava-se já desta concepção, enfatizando que a política de inovação (para além do processo económico e tecnológico) seria um mecanismo político, institucional e cultural. Também Kirat (1993) se referia à inovação enquanto fenómeno institucional que valoriza a aprendizagem e a diferenciação produtiva geradora de vantagens concorrenciais. Henderson & Morgan (2002) revisitam a reflexão de Kirat, avançando para a existência de uma relação entre as políticas de inovação e as políticas regionais, em que a aprendizagem e a inovação institucional ganham particular significado.

Conforme é definido por Rothwell & Zegveld (1985), a inovação é uma complexa rede de padrões de comunicação, tanto intra como inter organizacional, aliando os vários elementos da rede de produção à comunidade científica e tecnológica. Ou seja, os processos de inovação representam a confluência das capacidades tecnológicas com as necessidades do mercado, mas para isso é necessário criar canais de comunicação entre os dois campos. Os conceitos de ‘aprendizagem por interacção’ [Lündvall (1988) e von Hippel (1988)] ou ‘aprendizagem organizacional colectiva’ (Prahalad & Hamel, 1990) resumem a ideia de acordo com a qual a inovação é o resultado de um fluxo de informações, contínuo e biunívoco, entre os vários actores que participam, directa ou indirectamente, num sistema de produção. Para além das transferências de tecnologia, um processo de inovação baseia-se na coordenação de distintas habilidades técnicas com múltiplas tecnologias.

Actualmente, os sistemas económicos prosseguem uma rota evolutiva, em que as inovações resultam de trajectórias que dependem significativamente da forma como as organizações interagem. As mudanças técnicas e a difusão tecnológica não são apenas determinadas pelas inovações produzidas em laboratórios; também a natureza específica das formas de interacção das indústrias com fornecedores, com instituições financeiras, com shareholders e stakeholders, etc., se assumem como determinantes relativamente à direcção das inovações. A governação das relações entre os actores de uma rede define as trajectórias, o sucesso ou o fracasso das inovações, e a própria eficiência económica da produção.

A dinâmica, em termos institucionais, do processo de desenvolvimento económico aflora, crescentemente, em destaque na literatura especializada, a partir de distintas abordagens. O foco nos aspectos sistémicos e evolutivos de um determinado espaço constitui o eixo central do conceito de Sistema Nacional de Inovação e dos seus ‘parentes’ territorialmente mais en-

quadrados – os sistemas regionais de inovação e os sistemas locais de inovação. Outras abordagens (novos espaços industriais, meios inovadores, learning regions, etc.) valorizam igualmente o âmbito territorial, os meios envolventes e as externalidades produzidas (Ferrão, 2001). As especificidades locais dos territórios, de acordo com essa literatura, alicerçam oportunidades de cooperação que podem favorecer condições de competitividade através da inovação.

Por este conjunto de razões, inovações institucionais demonstram ser tão importantes quanto as tipologias mais clássicas de inovação (processo, produto, ...) uma vez que podem mesmo as primeiras ser subsidiárias das segundas. Esta assumpção corresponde ao que Amable et al (1999) procuram demonstrar através da análise das diferenças entre os sistemas europeus e os seus diferentes efeitos relativamente à forma como a tecnologia se repercute económica e socialmente em moldes diferenciados nesses países, e como a variável que sustenta a compreensão dessa distinção corresponde às características dos sistemas de inovação em cada país. É, portanto, necessário reconhecer, como o próprio Schumpeter, que a inovação se reveste de várias formas (organizacionais, tecnológicas, geográficas) e que a efectividade do esforço inovatório passa por outras dimensões, como o conhecimento e acesso a mercados, a qualificação da mão-de-obra, as infra-estruturas públicas. Isso significa, em termos práticos, a ampliação do foco na Investigação e Desenvolvimento para a análise e a transformação de sistemas sociais de inovação, ou por outras palavras, de sistemas de produção e inovação. Este caminho envolverá, entre outros aspectos:

- estímulo e apoio à formação de sistemas locais de inovação tecnológica e institucional, através da definição de metas de inovação em termos de produção, produtividade, novos produtos, sustentabilidade;
- adopção de metodologias baseadas na interacção entre produtores, instituições de investigação e indústrias;
- criação e implementação de um sistema de indicadores e monitorização de metas de inovação;
- criação e promoção de benchmarks.

O conceito de inovação institucional constitui uma nova realidade institucional que exige esforços no sentido de gerar interacção mais efectiva com públicos mais diversificados e localizados. Implica igualmente a necessidade de gerir os instrumentos de comunicação organizacional segundo uma lógica diferente e de acordo com novos modelos. O conceito decorre, principalmente, de Barreyre (1975) que considerava como inovação institucional novos sistemas e de novas normas em vigor nas empresas, como, por exemplo, a inclusão de sistemas de participação dos funcionários nos benefícios da empresa e a participação da empresa no seu meio através de mecanismos de responsabilidade social. Uma ênfase considerável é atribuída ao papel desempenhado pelas estruturas institucionais regionais, que permitem às regiões (e às empresas que aí se encontram) um ajustamento facilitado às mudanças no mercado. Inovação e criação de conhecimento são vistos como processos interactivos moldados por um múltiplo repertório de rotinas institucionais e convenções sociais (Hudson, 1999).

Esta visão, essencialmente aludindo à componente empresarial, permite extrapolar para o âmbito de rede, nomeadamente no que à EGN diz respeito, aquele conceito. A atribuição de importância a aspectos como a partilha de visões sobre problemas e oportunidades, de hábitos, rotinas e conhecimentos, e também o incentivo para a primarização da acção colectiva, todos estes aspectos representando uma densidade elevada de vínculos que favorecem as inovações (processos de dimensão local-regional), acaba por conduzir à atribuição de uma maior atenção ao território, enquanto sedimentação de factores históricos, sociais e culturais, específicos e inter-relacionados, que geram processos de desenvolvimento significativamente diferenciados (Garofoli, 1993). Significa, por extensão, colocar em primeiro plano a territorialidade, entendida como conjugação de activos específicos, dificilmente observados com as mesmas características em outras dimensões.

Ao facultar a proximidade, não apenas geográfica, mas cultural e institucional, entre indivíduos, empresas e organizações, a dimensão institucional local gera e consolida uma rede de apoio contra as incertezas envolvidas em processos de aprendizagem inovativa. As instituições acumulam conhecimento, tanto codificado como tácito, e os procedimentos, formais e informais, gerados historicamente no exercício das suas funções se, por um lado, podem beneficiar, por outro, podem limitar a efectividade das suas acções, dependendo da sua conformidade com o contexto e o momento. A maior ou menor intensidade das interacções entre as instituições e as empresas, à medida que os agentes se encontram estabelecidos e concentrados localmente, beneficia de um processo de feedback, maximizado pela partilha de normas, convenções, valores, expectativas, rotinas que nascem da experiência comum (Cavalcanti Filho & Moutinho, 2007).

Esta componente valoriza sobremaneira a forma como o processo de desenvolvimento assumido na EGN (e já referido num ponto anterior deste trabalho) permite perspectivar fenómenos de inovação institucional relativamente aos actores que constituem a razão de ser da EGN: as entidades gestoras dos diversos geoparques europeus. Os objectivos, os procedimentos, os fenómenos de partilha e participação, todo o processo de monitorização e de avaliação constituem elementos referidos ao longo deste ponto que validam, por um lado, toda a questão da inovação, e, por outro, a importância da arquitectura e densidade institucional e os potenciais impactos positivos sobre os territórios.

Este constitui um desafio de estudo, já que haverá, numa fase posterior, de perceber se estas instituições inovadoras acabam por transmitir aos territórios processos de desenvolvimento sustentável, tendo em conta a relativa 'juventude' da EGN.

4. Conclusões

O processo de globalização atribui um novo valor aos territórios, no sentido em que se devem formatar como actores sociais do desenvolvimento. Como, no novo contexto económico, o local ganha maior protagonismo, este deve engendrar uma estratégia de posicionamento que lhe permita definir os seus produtos e ganhar liderança. Na actualidade, a gestão do território procura a obtenção de vantagens competitivas locais relativamente ao desenvolvimento económico e territorial global.

O funcionamento em rede e o comportamento cooperativo que a EGN defende poderão trazer várias vantagens aos territórios, nomeadamente: a redução de riscos e aumento da capacidade de lidar com aspectos imprevistos; uma maior capacidade para encarar o fenómeno da competitividade; o reforço da imagem e da identidade local, produzindo efeitos positivos na economia local; redução dos custos de informação e de investigação; criação de valor acrescido para os 'clientes' e para o público em geral; maior propensão à geração de mais conhecimento e de ideias combinadas potencialmente aplicáveis aos mercados. Nesta perspectiva, a prática cooperativa entre os intervenientes da EGN formata-se como uma forma menos onerosa de actuação na procura pelo conhecimento aprofundado numa determinada área de intervenção.

Será particularmente útil a comparação de dados existentes em termos dos diversos geoparques europeus e se esses números correspondem ao corpo teórico que sustenta o conceito de inovação institucional.

Outro aspecto fundamental a tomar em consideração prende-se com a fulcral salvaguarda da qualidade nos geoparques, no sentido em que sendo o conceito 'geo', potencialmente vendável, poderá alavancar tipologias de comportamento dos actores económicos que, se não forem adoptados procedimentos avalizadores da qualidade, poderão comprometer o sucesso de um empreendimento que tem efectivamente perspectivas de sucesso. Referimo-nos à criação de sistemas de qualidade que garantam que o todo não será prejudicado pelo facto de algum dos parceiros não cumpra com o expectável; e, neste aspecto, o funcionamento em rede é extraordinariamente útil.

Esta criação de sistemas de qualidade, da rede e de cada um dos geoparques, e o desenvolvimento do conhecimento sobre a componente institucional em geoparques determinará a importância dos geoparques na composição de uma estratégia turística em regiões-caso.

Bibliografia

- Amable B, Barré, R. & Boyer, R. (1999). *Les systèmes d'innovation à l'ère de la globalisation*. Paris: Economica.
- Arrow, K. (1994). "The production and distribution of knowledge". In G. Silverberg & L. Soete (orgs.), *The Economics of Growth and Technical Change*. Aldershot-England: Edward Elgar.
- Barreyre, P.-Y. (1975). *Stratégie d'Innovation dans les PMI*. Paris: Hommes et Techniques.
- Benko, G. & Lipietz, A. (1994). "O novo debate regional: posições em confronto". In G. Benko & A. Lipietz (orgs.), *As Regiões Ganhadoras*. Oeiras: Celta.
- Camagni, R. (1991). "Local 'milieu', uncertainty and innovation networks". In R. Camagni, *Innovation Networks: Spatial Perspectives*. London: Belhaven Press.
- Cavalcanti Filho, P. & Moutinho, L. (2007). "Cooperação institucional como estratégia inovativa: o caso do APL de confecções em Campina Grande (PB)". In *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 11(3), pp. 405-507, Set/Dez.
- Cooke, P. & Morgan, K. (1993). "The network paradigm: new departures in corporate and regional development", *Environment and Planning D: Society & Space*, XI, pp. 543-564.
- Courlet, C. & Pecqueur, B. (1991). "Systemes locaux d'entreprises et externalites: un essai de typologie", *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, 3-4, pp. 391-406.
- Ferrão, J. (2001). "Inovar para desenvolver. Uma abordagem a partir do conceito de gestão de trajetórias territoriais de inovação". In L. Caetano (coord.), *Território, Inovação e Trajetórias de Desenvolvimento*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da FLUC.
- Ferrão, J. (1992). *Serviços e Inovação: Novos Caminhos para o Desenvolvimento*. Oeiras: Celta.
- Gama, R. (2002). "Notas para uma Geografia da Inovação – localização, conhecimento e inovação". In L. Caetano (coord.), *Território, Inovação e Trajetórias de Desenvolvimento*, Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da FLUC.
- Garofoli, G. (1993). "Economic development, organization of production and territory", *Revue d'Économie Industrielle*, 64 (1), pp. 22-37
- Hudson, R. (1999). "The learning economy, the learning firm and the learning region: a sympathetic critique of the limits to learning", *European Urban and Regional Studies*, 6 (1), pp. 59-72.
- Kirat, T. (1993). "Innovation technologique et apprentissage institutionnel: institutions et proximité dans la dynamique des systèmes d'innovation territorialisés", *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, 3, pp. 547-563.
- Lecoq, B. (1991). "Organization industrielle, organization territoriale: une approche integree sur le concept de reseau", *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, 3-4, pp. 321-341.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios*. Oeiras: Celta.
- Lündvall, B. (1988). "Innovation as an interactive process: from user producer interaction to the national system of innovation". In G. Dosi, C. Freeman, R. Nelson, G. Silverberg & L. Soete (eds), *Technical Change and Economic Theory*. London: Pinter.
- Maillat, D. (1995a). "Systemes territoriaux de production, milieux innovateurs et politiques regionales", comunicação ao III Encontro Nacional da APDR, Porto.
- Maillat, D. (1995b). "Territorial dynamic, innovative milieus and regional policy", *Entrepreneurship & Regional Development*, 7, pp. 157-165.
- Maillat, D., Crevoisier, O. & Lecoq, B. (1991). "Reseaux d'innovation et dynamique territoriale, un essai de typologie", *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, 3-4, pp. 407-432.
- Modica, R. (2009). "As Redes Europeia e Global dos Geoparks (EGN e GGN): Proteção do

- Patrimônio Geológico, Oportunidade de Desenvolvimento Local e Colaboração Entre Territórios”, *Geologia USP, Publicação Especial*, 5, Outubro, pp. 17-26.
- Henderson, D. & Morgan, K. (2002). “Regions as Laboratories: The Rise of Regional Experimentalism in Europe”. In M. Gertler & D. Wolfe (eds), *Innovation and Social Learning: institutional adaptation in an era of technological change*. London: Palgrave.
- OECD (2005). *Oslo Manual – Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data*, 3ª ed.. Paris: OECD Publications.
- Perrin, J.-C. (1991). “Réseaux d’innovation, milieux innovateurs, développement territorial”, *Revue d’Économie Régionale et Urbaine*, 3-4, pp. 343-374.
- Planque, B. (1991). “Note sur la notion de réseau d’innovation: réseaux contractuels et réseaux ‘conventionnels’”, *Revue d’Économie Régionale et Urbaine*, 3-4, pp. 295-320.
- Prahalad, C. & Hamel, G. (1990). “The core competence of the corporation”, *Harvard Business Review*, 68 (3) May-June, pp 79-91.
- Rothwell, R. & Zegveld, W. (1985). *Reindustrialization and Technology*. London: Longman.
- Rothwell, R. (1986). “Public innovation: to have or to have not”, *R&D Management*, 16 (1), pp. 25-36.
- Sallez, A. (1994). “Réseaux d’entreprises”. In J.-P. Auray et al (orgs.) *Encyclopédie d’Économie Spatiale*, Paris: Economica.
- Santos, D. (2003). “#Política de Inovação: filiação histórica e relação com as políticas de desenvolvimento territorial”, *Estudos Regionais*, 3, pp. 25-40.
- Storper, M. & Harrison, B. (1994). “Flexibilidade, Hierarquia e desenvolvimento regional”. In G. Benko & A. Lipietz (orgs.), *As Regiões Ganadoras*. Oeiras: Celta.
- Veltz, P. (1994). “Hierarquias e redes na organização da produção e do território”. In G. Benko & A. Lipietz (orgs.), *As Regiões Ganadoras*. Oeiras: Celta.
- von Hippel, E. (1988). *Sources of innovation*. New York: Oxford University Press.
- Zouros, N. (2004). “The European Geoparks Network. Geological heritage protection and local development”, *Episodes*, 7 (3), pp. 165-171.